

A 104819

Instituto Jones dos Santos Neves
Biblioteca

Projeto aquaviário da Transmar é rejeitado

A Secretaria de Estado do Interior e Transportes rejeitou o pedido da Empresa Transportes Marítimos Capixaba Ltda — Transmar — com a finalidade de implantar no Estado novas linhas de transporte aquaviário.

Os motivos alegados pela Seit referem-se à falta de detalhamento na proposta apresentada pela firma requerente, pois ela não continua os elementos técnicos necessários para a apreciação.

Salientou o titular da Seit que a posição tomada pelo órgão ocorreu após o parecer da Fundação Jones dos Santos Neves, responsável pelos estudos de viabilidade de implantação de qualquer tipo de transporte de massas no Estado. A FJSN após analisar a proposta da Transmar, constatou a falta de elementos e estatísticas que completariam o projeto de implantação das novas linhas do aquaviário pela empresa.

Esses elementos são relacionados com os tipos de terminais que seriam utilizados pela empresa, tipos de embarcação, número de embarcações por linha a ser implantada, discriminação da frequência de viagens por linha e diária, e ainda as especificações técnicas das embarcações,

bem como a viabilidade econômica do empreendimento.

Dentre os locais citados pela empresa, que teriam terminais em funcionamento, estão: aterro da Comdusa, Praia do Suá e terminal de embarque de Santo Antonio. "A posição contrária" disse o responsável pela Seit, "não foi pela proposta de instalação de novas linhas, mas pela falta de detalhamento do trabalho pela Transmar".

A devolução da proposta foi feita ontem e dela constam as explicações e os pareceres tanto da Secretaria de Estado do Interior e Transportes como também da Fundação Jones dos Santos Neves.

Segundo a Seit, dentro de um prazo médio, esse tipo de transportes de massa poderá vir a ser explorado pela iniciativa privada, "porém, por enquanto esse trabalho está sendo feito pelo poder público devido às grandes dificuldades de estudo de implantação, e mesmo a viabilidade econômica do projeto em si. O próprio governo do Estado ainda está empenhado em entregar a população essa primeira fase do novo sistema aquaviário, podendo em seguida fazer as concessões para as empresas privadas".